

## **As feiticeiras do Império português e suas relações de gênero num “país sem caça às bruxas”**

**REIS, Marcus Vinicius. As feiticeiras do Império português: gênero, relações de poder e Inquisição (1541-1595). Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2025. 462p.**

**Ana Beatriz Pereira de Mello**

Bolsista CAPES.

Mestranda em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

anabeahistoria@gmail.com

**Recebido:** 27/11/2025

**Aprovado:** 19/05/2026

Trata-se do lançamento de uma obra fruto do trabalho de doutoramento defendido no ano de 2018 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da professora Dra. Júnia Ferreira Furtado, tese de um jovem pesquisador que tem se destacado pela dedicação contínua a um tema que constitui um dos eixos historiográficos mais pesquisados do mundo de forma multidisciplinar (na História, na literatura, na Antropologia, entre outros) e que sempre despertou muito fascínio no imaginário coletivo e entre jovens pesquisadores que se debruçam nos inúmeros processos inquisitoriais da Inquisição acerca de práticas de bruxaria, da feitiçaria e de curas supersticiosas no mundo luso-brasileiro. Atualmente, Marcus Vinicius Reis é Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSP).

Nesta obra, o autor se dedicou ao estudo minucioso e às narrativas misóginas contidas em 13 processos inquisitoriais referentes à primeira onda de repressão inquisitorial as práticas mágicas, entre os anos de 1545 e 1595, que foram selecionados a partir de um escopo documental de 95 processos, logo em seguida à instauração do Tribunal em 1536 — em suas primeiras seis décadas de funcionamento —, que, na Península Ibérica, como é de conhecimento historiográfico já consolidado em outras obras de referência, como as de Francisco Bethencourt (2004) e de José Pedro Paiva (2002), que ora faz referência ao título desta resenha, não houve uma caça sistemática aos agentes mágicos, como em outros contextos geográficos da Europa continental.

Sendo assim, o historiador visa compreender como a perseguição ao delito de feitiçaria se atrelou diretamente ao processo de demonização das mulheres, sustentado à época não apenas pelo

discurso religioso, mas jurídico e por autoridades seculares também. Dessa forma, Reis (2025) tenta entender como a consolidação da perseguição da heresia no Ocidente, iniciada nos Alpes no século XIV, também foi acompanhada por uma construção e difusão de discursos misóginos acerca da figura da bruxa, principalmente após o lançamento do *Malleus Maleficarum* (1486) e outros tratados demonológicos que vão desembocar em um imaginário social de longa duração hostil às mulheres. Todavia, o principal marco da obra talvez seja demonstrar como essas mulheres mobilizavam a associação entre a figura do Diabo e a misoginia da época, visando consolidar as suas famas perante a sua rede de clientela, estabelecendo microespaços de autonomia e garantindo algum tipo de reconhecimento social a seu favor (Reis, 2025, p. 30).

Neste sentido, a principal ideia que o autor defende é que as mulheres subvertiam a norma dos seus papéis pré-estabelecidos de identidade de gênero (padrões de feminilidade) e constituíam uma autonomia a partir da identidade de mulher feiticeira, ou seja, da doutrina do pacto diabólico dos demonólogos. Assim, esta construção de autonomia, que o autor irá se aprofundar em trabalhos seguintes, ocorria “manifestando-se na recusa em se conformar com os papéis tradicionais de esposa e mãe, e na escolha de viver de maneira independente ou em comunidades exclusivamente femininas” (Reis, 2024, p. 14).

O primeiro grande mérito do autor é o seu vasto trabalho bibliográfico impecável acerca de estudos que dialogam tanto com o campo da História das mulheres quanto com a da caça às bruxas, para além da observação minuciosa em cima dos treze casos particulares analisados, que foram divididos num total de seis capítulos no decorrer da obra.

Desse modo, no primeiro capítulo, denominado de “Discursos de gênero no império português: reflexões sobre o patriarcado e a misoginia”, o autor realiza uma análise acerca dos discursos provenientes da literatura civil e religiosa no império português de modo a compreender o papel social da mulher naquela sociedade antes de se debruçar nas narrativas de seus processos inquisitoriais. Com efeito, o historiador se debruça nas Ordenações do reino (manuelinas e filipinas), nos dois textos demonológicos mais influentes acerca do delito na Primeira Modernidade, que se constituem no *Malleus Maleficarum* (1486) e o *Directorium Inquisitorium* (1376) de Nicolau Eymerich, editado posteriormente por Francisco Peña.

Ademais, neste capítulo, o historiador apresenta um estudo acerca dos “Espelhos ibéricos”, que no contexto de disciplinamento social da Contrarreforma, funcionavam como importantes

tratados de diretrizes comportamentais a fim de entender a importância da educação doméstica e do papel social do casamento na vida das mulheres, elaborando uma importante categorização dos conceitos de “misoginia”, “patriarcado”, dialogando com a bibliografia pertinente acerca do tema e introduzindo a condição feminina no século XVI. Dessa forma, a partir desse grande escopo documental (Códigos legislativos, espelhos, tratados comportamentais e manuais inquisitoriais), o autor procurou compreender a visão que as sociedades tinham para com as mulheres e o ordenamento jurídico construído para que essa visão assumisse um viés falocêntrico.

Seu objetivo foi analisar como os padrões de feminilidade e de masculinidade se tornaram hegemônicos a partir de fontes concernentes aos discursos secular e religioso, acerca de noções como a honra, a submissão e a vida doméstica, etc. De acordo com o autor, “também foi consensual entre os tratadistas e os juristas desse período de que a figura feminina representava a ambiguidade, transitando entre a divindade e a perdição” (Reis, p. 105), como a noção de *vituperatia* que associava a figura da mulher considerada feia à existência da malícia e da sedução nefasta.

Em seguida, no segundo capítulo, denominado de “*A figura da feiticeira como performance e expressão de gênero*”, o historiador visou demonstrar como as denúncias feitas no âmbito da Inquisição se constituíram como pontos de partida para compreender o modo como as mulheres feiticeiras foram entendidas socialmente no decorrer da narrativa de seus processos. Dessa forma, Reis (2025) sublinhou que as identidades de gênero dessas mulheres foram performatizadas, não somente por elas mesmas, mas sofreram influência das relações de poder decorrentes das normatizações da época - conforme é analisado no capítulo anterior - e pelas versões construídas pelos denunciantes no contexto social dos julgamentos estabelecidos. Assim, o autor buscou entender quem foram essas mulheres, como elas foram compreendidas pelas sociedades nas quais estavam inseridas, quais eram as suas origens e como as suas identidades foram interpretadas por padrões discursivos que circulavam à época, quais eram as suas origens social e como suas identidades foram interpretadas por quem se dispôs a denunciá-las.

Seu objetivo principal é identificar se os traços misóginos e patriarcais que estão presentes nos tratados seculares e religiosos analisados anteriormente, foram recorrentes e se fizeram presente nas denúncias contra essas feiticeiras. Em suma, o autor visou enfatizar como as narrativas contidas nos processos pelas denúncias se vinculam ao contexto sociocultural influenciado pela demonologia que é explorada de forma mais aprofundada no primeiro capítulo. (Reis, p. 106).

No terceiro capítulo, designado de “*O Diabo e as mulheres feiticeiras: reconhecimento social e identidade*”, o historiador buscou reconstituir os espaços de sociabilidades que cada mulher construiu a partir das suas práticas mágico-religiosas. compreender como essas mulheres construíram suas relações sociais atreladas ao universo mágico-religioso, além de analisar como elas definiram suas identidades de gênero - se entenderam como mulheres - feiticeiras, a partir da interação com esse universo religioso.

Neste capítulo, Reis (2025), resgata os autores mais importantes que escreveram acerca da demonologia como Stuart Clarke (2020), Carlo Ginzburg (2012) e principalmente Robert Muchembled (2001) de modo que fosse possível contextualizar a figura do Diabo na Primeira Modernidade. Assim, demonstrou que as famas das feiticeiras foram delimitadas a partir de situações nas quais prevaleceu o interesse dos indivíduos em contar com uma segunda alternativa - a figura do Diabo - diante de contextos turbulentos, a fim de delimitar sociabilidades e até mesmo construir relativos protagonismos nos espaços em que elas estavam inseridas.

Desse modo, o historiador expôs como essas feiticeiras tiveram as suas identidades de gênero definidas junto às práticas mágico-religiosas - mais precisamente as de caráter diabólico -, como elas se enxergam enquanto mulheres e quais foram os espaços de consolidação das suas famas de feiticeiras, defendeu que as mulheres delimitaram as suas práticas sociais e identidades de gênero para além do campo das interpretações oficiais a respeito da figura feminina, defendeu a ideia de que as suas famas públicas ganharam maior amplitude justamente pela presença e crença dessa entidade.

Assim, o historiador identificou todo um rol de testemunhas referentes aos processos inquisitoriais de modo que os espaços de sociabilidades dessas mulheres fossem mapeados geograficamente, assim como expôs a amplitude da fama adquirida a partir das práticas mágico-religiosas, entre as quais, os usos ritualísticos da figura do Diabo foram os seus principais alicerces, demonstrando que essa figura foi a base social que sustentou a fama dessas mulheres (Reis, p. 172).

No quarto capítulo, intitulado de “*O Diabo nas entrelinhas: crenças e práticas mágico-religiosas entre as feiticeiras*”, possuiu a proposta de apresentar através dos processos inquisitoriais, como a ideia de feiticeira e do pacto diabólico se tornaram uma identidade de gênero. Assim, investigou quais foram as relações entre a construção das identidades de gênero de oito mulheres feiticeiras e os significados das práticas mágico-religiosas executados por elas - especialmente acerca da figura do Diabo - narradas por testemunhas e por essas próprias feiticeiras em seus respectivos processos inquisitoriais.

Dessa forma, as discussões deste capítulo privilegiaram a dimensão simbólica das práticas e das crenças que circularam no Império português através daqueles que acreditavam e que recorreram ao universo da feitiçaria, buscando decodificá-las a partir do próprio sentido conferido pelos indivíduos. Para isso, o autor buscou dialogar com dicionários de símbolos (a fim de identificar os elementos presentes nessas práticas) e dialoga também com autores famosos da Antropologia, para resgatar noções como atos mágicos e de tradição.

No quinto capítulo, designado “A ideia de feitiçaria e as feiticeiras para além do pacto diabólico”, o historiador visa analisar como essas mulheres performaram os seus gêneros e como as práticas e crenças mágico-religiosas estiveram atreladas a esse processo de acordo com os significados atribuídos por elas. Assim, o autor buscou problematizar o fato de que o Diabo não foi necessariamente a matriz das crenças e das práticas mágico-religiosas associadas a algumas mulheres feiticeiras pesquisadas por ele, tampouco no modo como as suas identidades foram construídas. Ademais, demonstrou a agência delas para com o seu próprio universo simbólico, as suas vivências cotidianas e a definição dos seus gêneros e as suas próprias interpretações acerca da religiosidade. (Reis, p. 319).

Por fim, no sexto capítulo autointitulado pelo historiador de “As crenças e práticas mágico-religiosas distantes dos traços demoníacos”, Reis (2005, p. 369), a partir do conceito de gênero buscou investigar como este ambiente que era marcado por relações de poder e por práticas reguladoras caracterizada por uma atmosfera patriarcal que, por sua vez, influenciou diretamente a construção dos papéis sociais prescritos às mulheres foi subvertido por essas mulheres. Assim, neste capítulo final, em específico, o historiador mineiro refletiu sobre os limites desse ambiente normativo e quais as práticas individuais empreendidas por essas mulheres que, a partir do sobrenatural, subverteram a unidade do gênero em detrimento da fabricação de novas identidades generificada de uma forma positiva. Assim, o autor concluiu em sua obra que:

A mulher feiticeira foi uma obra de consenso social, assim como defendido por Marcel Mauss, percebeu-se, por exemplo, que o estereótipo da feitiçaria não correspondeu a uma representação puramente negativa, pois as crenças dos indivíduos a respeito do sobrenatural possibilitaram a sustentação de uma série de famas relacionadas às feiticeiras. (Reis, p. 453).

Apesar do aprofundamento no primeiro capítulo acerca do contexto misógino e patriarcal concernente à condição feminina em outras fontes jurídicas (como as Ordenações) e as eclesiásticas (como os Espelhos, tratados morais e comportamentais conforme as diretrizes tridentinas), situadas

no contexto português quinhentista ser um ponto muito esclarecedor a fim de expor como o aumento da perseguição à feitiçaria ocorreu paralelamente a um processo de “feminização” da magia, identificando como a bruxaria foi constituída a partir de preceitos e de uma linguagem generificada, partindo de teóricas clássicas como Joan Scott (1997) e Judith Butler (2016).

Todavia, a única ressalva ou o Calcanhar de Aquiles da obra, talvez seja no que diz respeito ao recorte cronológico temporal e do espaço geográfico se encontrar muito “dispersa”, e de certa forma, o historiador não conseguir dar conta da multiplicidade dos contextos macro analítico em alguns momentos.

Para além disso, o autor historiciza bem as “categorias” e marcadores sociais que utiliza a fim de estudar as interseções que perpassam as identidades dessas mulheres, uma vez que ele não se debruçou apenas em personagens cristãs-velhas pertencentes às classes populares, mas também em mulheres que sofriam preconceitos raciais dentro das estruturas sociais do Antigo Regime luso, como as cristãs-novas, mouriscas e pardas.

Outro aspecto relevante da obra foi o aprofundamento do que Francisco Bethencourt denominou, em *O imaginário da magia* (2004), de “feiticeiras dirigentes”, ou seja, mulheres estas que detinham uma “ascendência hierárquica” sobre outras feiticeiras. Assim, elas possuíam uma influência na forma de atuação de outras mulheres feiticeiras na região em que elas atuavam, normalmente, esse tipo de “feiticeira dirigente” era uma feiticeira que já havia passado pelo processo de constituir uma fama pública consolidada e uma ampla rede de clientela.

Ademais, outra contribuição foi demonstrar como essas mulheres obtinham alguma notoriedade, autonomia material e alívio espiritual, manipulando a sua fama pública, construindo uma identidade para além dos tratados demonológicos que as retratavam como sendo mais suscetíveis a recorrerem a tentações diabólicas.

Com o efeito de defender este ponto de vista “da construção de micro-espacos de autonomia” (Reis, 2025, p. 30), o historiador recorreu aos trabalhos da feminista americana Anne Barstow (1988) e da historiadora australiana Lyndal Roper (2005, p. 19), respectivamente, autoras estas que ressaltam o papel ativo das mulheres acusadas por feitiçaria em seu cotidiano em criarem para si mesmas uma identidade a partir das ideias demonológicas acerca do feminino que circulavam na época.

Assim, dialogando com os pressupostos dessas autoras citadas acima, identificou como algumas mulheres eram verdadeiras atrizes e diretoras de seu próprio “teatro diabólico” - expressão de

Lyndal Roper - a fim de garantirem uma segurança material e social, explorando as suas capacidades de intervirem em suas práticas sobrenaturais, não somente como atoras passivas, que receberam a imposição da cultura dos juízes que as puniam por suas heterodoxias.

Dessa forma, ao longo da obra o historiador buscou identificar como essas mulheres feiticeiras articulavam todos esses discursos desfavoráveis simbolicamente em princípio, mas que depois foram ressignificados assertivamente por elas.

Desse modo, um dos seus principais objetivos foi analisar os significados conferidos por essas mulheres feiticeiras – e mesmo denunciante – ao sobrenatural, na medida em que foi defendida a compreensão de que os seus gêneros foram estilizados junto ao modo como esse universo da feiticeira foi interpretado pelos indivíduos da Primeira Modernidade. Dessa forma, ao trazer uma inovação teórica (a perspectiva de gênero de Butler) para esses treze estudos de caso, o historiador sublinhou que:

Defender esse conceito como uma identidade de gênero performada por algumas mulheres significou pressupor a existência de uma multiplicidade de interpretações que contribuíram para o modo como essa identidade foi construída pelos indivíduos. Aplicar este conceito é compartilhar do entendimento de que a mulher feiticeira sempre foi a “outra”, não somente para as autoridades civis e religiosas, mas também para os interessados em acusá-las diante do Santo Ofício. Defender a existência dessa identidade de gênero implicou na defesa das subjetividades, das relações sociais e do modo como cada mulher entendeu e construiu seu gênero diante de cada realidade vivenciada, uma vez que o gênero não é somente uma “criação discursiva” (Reis, 2025, p. 434).

Em resumo, no primeiro capítulo, o autor executa uma reflexão aprofundada dos discursos morais mantidos por instâncias jurídicas e religiosas acerca das normas de feminilidade e de masculinidade no Império Português ao longo do século XVI. Em seguida, apresenta a identidade dessas mulheres construída pela narrativa e perspectiva de seus denunciante, expondo a dinâmica de cada trajetória individual.

Por conseguinte, no terceiro e no quarto capítulo, busca identificar como essas mulheres delimitaram o seu reconhecimento social por meio de suas práticas mágico-religiosas, dividindo-as entre as que delimitaram a sua fama pública por meio da associação consciente com a figura do Diabo e do pacto demoníaco e as mulheres feiticeiras que não delimitaram ou esse elemento diabólico emerge ausente, no capítulo seguinte.

Dessa maneira, o historiador expôs como a presença da figura diabólica garantia o êxito e constituía a base fundamental da conquista de clientes e da ampliação da sua rede de clientela, buscando verificar quais objetos foram utilizados, o significado que os instrumentos e o simbolismo dos seus

ritos possuíam, tanto para elas quanto para os indivíduos que estavam entrelaçados em suas relações de poder.

Por fim, muitos têm se debruçado no tema da feitiçaria, mas poucos o fazem com tamanha dedicação e seriedade. O livro, portanto, é de leitura incontornável aos estudiosos do tema que visam obter conhecimento acerca da agência simbólica empreendida pelos indivíduos e das estratégias de resistência empreendidas pelas mulheres feiticeiras.

### Referências bibliográfica

BARSTOW, A. **On Studying Witchcraft as Women's Story**. Historiography of the European Witch Persecutions. *Journal of Feminist Studies in Religion*, 4(2), 7-19, 1988.

BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia**: Feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. Companhia das Letras, 2004.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CLARK, Stuart. **Pensando com demônios**: A ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GINZBURG, Carlo. **História noturna**: Decifrando o Sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MUCHEMBLED, Robert. **Uma História do diabo**: séculos XII - XX. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bom texto, 2011.

PAIVA, José Pedro. **Magia e superstição em um país sem caça às bruxas: 1600-1774**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

REIS, Marcus Vinicius. **As feiticeiras do Império português: gênero, relações de poder e Inquisição**. Jundiaí, SP: Paco editorial, 2025. 469p.

REIS, Marcus Vinicius. A construção da figura das feiticeiras como identidades de gênero no universo do Tribunal do Santo Ofício português (século XVI). **Descentrada**, v. 8, n. 2, pp. 1-18, 2024.

ROPER, Lyndal. **Oedipus and the Devil**. Witchcraft, sexuality and religion in early modern Europe. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99, 1995.